

A indústria do tabaco usa famílias de fumicultores como grupo de frente

Por Albino Gewehr

O falso debate no Brail sobre o tabaco burley e os aditivos de sabor.

Mais uma vez, a indústria do tabaco está usando famílias de pequenos produtores como grupos de frente para defender seus lucros e enfraquecer as políticas de controle do tabagismo, como fez durante as negociações durante a ratificação da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco no Brasil.

Agora essa estratégia alcançou a Conferência das Partes (COP), relacionada às discussões sobre a minuta das diretrizes dos artigos 9 e 10, que estão marcadas para serem adotadas nos próximos dias. Não podemos ignorar o elemento geográfico dessa tentativa de sabotar a COP – nós estamos muito próximos da “capital mundial do tabaco”, Santa Cruz do Sul, situada no Rio Grande do Sul, a 700Km de Punta del Este.

O debate sobre restrição/proibição de aditivos nos produtos de tabaco chegou às regiões produtoras de tabaco no Sul do Brasil em Março, quando a ITGA, através da AFUBRA, seu braço no Brasil, passou a disseminar a mensagem de que “a OMS e o Ministério da Saúde pretendiam proibir a produção do tabaco Burley”.

Inicialmente, a indústria – através da ITGA – sugeriu que a proposta de um grupo de trabalho para o artigo 9/10 iria proibir a mistura de tabaco (blending). Por isso, insistiam que o American Blend (mistura do tabaco Virginia, Burley e Oriental) seria proibido e a consequente perda na demanda por tabaco iria devastar os produtores.

Esse tema começou a aparecer na mídia regional e nacional e a surgir nos encontros, com o objetivo de pressionar o governo brasileiro a se opor à adoção das diretrizes dos artigos 9/10. No Brasil, quando passamos a examinar a minuta das diretrizes em detalhe, a máscara da ITGA começa a cair no momento em que percebemos que a proposta é focada nos sabores e aditivos e não na mistura de tabaco (blending).

Ao mesmo tempo, a campanha de desinformação da ITGA se globalizou, com atividade vigorosa em países produtores de tabaco na Ásia e na África, incluindo Filipinas e Malawi. Sua mensagem – as diretrizes iriam banir a produção do Burley e afetar o sustento dos fumicultores mais pobres em países em desenvolvimento. No entanto, no caso do Brasil, a despeito do forte lobby sobre vários ministérios, o mandato da delegação brasileira na COP-4 é no sentido de apoiar a Convenção Quadro, e garantir a salvaguarda aos fumicultores, conforme previsto nos artigos 17 e 18.

Legitimidade é o ponto principal dessa questão. Estamos convencidos de que não há um único delegado na COP-4 que não esteja preocupado com a saúde e com as condições de vida dos fumicultores, particularmente aqueles dos países em desenvolvimento. Mas precisamos examinar quem fala em nome das famílias de pequenos produtores que cultivam tabaco. Quem tem legitimidade e credibilidade para fazer isso?

Vamos ver a situação brasileira. No Brasil, produtores são associados à AFUBRA através de um sistema integrado de produção que não lhes dá nenhuma escolha - quando os produtores compram o seguro, automaticamente se tornam afiliados à AFUBRA. Na realidade, aqueles que representam os produtores são os que lidam com as questões que impactam seu dia-a-dia, como os contratos abusivos de trabalho, baixos preços pagos pela produção, débitos e dívidas do sistema integrado, trabalho infantil, doença da folha verde, entre outros.

A AFUBRA/ITGA defende exatamente o oposto, afirmando que tudo está bem na vida dos produtores, e que em qualquer debate público eles inevitavelmente defendem os interesses comerciais da indústria.

Há outras organizações no Brasil que de fato representam as famílias dos fumicultores e agricultores – FETRAF/BRASIL, CONTAG, MPA/via campesina. Estamos falando de mais de 4 milhões de famílias de pequenos produtores nacionalmente e 800.000 agricultores nos três estados do sul do Brasil.

Em resumo, a mídia e as campanhas de relações públicas conduzidas pela ITGA não representam os interesses dos pequenos produtores. Trata-se de uma fachada para os interesses da indústria. Pessoas com interesse real nos pequenos produtores que cultivam tabaco devem pensar duas vezes e questionar a credibilidade e legitimidade daqueles que dizem estar falando em nome dos agricultores.

O principal nesta COP, para os pequenos produtores que cultivam tabaco, são os artigos 17 e 18 e, em nível nacional, o desenvolvimento de políticas agrícolas que possam responder à demanda de 72% dos agricultores que querem alternativas ao cultivo do tabaco. A falsa questão Burley x artigo 9/10, patrocinada pela indústria do tabaco, é apenas uma maneira de desviar o foco para o que realmente importa para a maioria dos pequenos produtores brasileiros que cultivam tabaco.

Hoje, assim como durante o difícil processo de ratificação da Convenção Quadro no Brasil, a FETRAF apoia a Convenção Quadro, a adoção dos artigos 9 e 10 e a manutenção dos grupos de trabalho dos artigos 17 e 18.